



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA

AVENIDA SÃO CRISTOVÃO, 215 – CEP : 62.740-000
FONE/FAX: (88) 3431.1313 / 3431.1210 – CNPJ: 07.387.509/0001-88

LEI Nº 546/2005

Altera e consolida a Lei nº 4.61/2002 que institui a descentralização administrativa no Município de Itapiúna, na forma do art. 47 da Lei Federal 4.320, de 17/03/1964, Constituição Estadual e Constituição Federal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPIÚNA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º- Fica alterada e consolidada a Lei Municipal nº 461/2002, a qual institui no âmbito do Poder Executivo Municipal, a descentralização administrativa das ações governamentais da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e dos atos relativos as subvenções, quanto à legalidade, legitimidade economicidade, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta.

Art.2º- Os atos de ordenação de despesas serão praticados, de forma descentralizada, pelos Titulares das Secretarias Municipais que compõem o Fundo Geral e dos Fundos Especiais, bem como por outros agentes públicos que recebam, através de ato do Chefe do Poder Executivo Municipal delegado para o exercício das funções de ordenador de despesa, observadas as normas gerais de direito financeiro determinadas pela Lei nº 4.320, fr 17 de março de 1964.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA

AVENIDA SÃO CRISTOVÃO, 215 – CEP : 62.740-000
FONE/FAX: (88) 3431.1313 / 3431.1210 – CNPJ: 07.387.509/0001-88

§ 1º- Fica delegado aos Gestores dos Fundos Especiais a responsabilidade de assinar os cheques, borderôs e outros tipos de ordem de pagamento juntamente com o Tesoureiro Geral do Município.

§ 2º- Fica também delegada a Secretaria de Administração e Finanças a responsabilidade de assinar os cheques, borderôs e outros tipos de ordem de pagamento das demais Secretarias integrantes do fundo Geral juntamente com o Secretário da respectiva Pasta e Tesoureiro do Município.

§ 3º - A delegação de que trata o caput do artigo, é ampla, geral e irrestrita inclusive inerente às responsabilidades pela movimentação dos créditos orçamentários, juntamente com os programas que estes devem executar.

Art.3º- Cabe ao titular de cada unidade orçamentária, a competência de empenhar, liquidar e autorizar o pagamento da despesa, observados os § 1º e 2º do artigo anterior, a ser realizada na área de suas respectivas Pastas e/ou Unidades, como também lhes compete encaminhar isoladamente até o dia 30 de cada mês subsequente, por Unidade Gestora, ao Tribunal de Contas dos Municípios e a Câmara Municipal, os balancetes mensais e sua documentação comprobatória da despesa, observadas as responsabilidades jurídico-contábil, administrativa, civil e penal do orientador de despesa nos atos que praticar no exercício de suas funções.

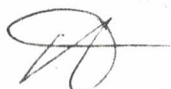
Parágrafo Único- Compete ainda determinar a auditoria nas contas dos responsáveis sob seu controle, coordenar e manter o efetivo controle dos estoques de seus almoxarifados, responsabilizar-se pelos bens vinculados a sua respectiva secretaria e obedecer aos princípios que dispuserem sobre os procedimentos contábeis.

70

Art.4º- Compete ainda aos titulares das Pastas exercer as seguintes funções:

- I- Desenvolver sistemas de controle interno nas unidades setoriais, na forma prevista nos Art. 47 da Constituição Federal e Art. 76 da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/19634;
- II- Avaliar os cumprimentos das metas previstas no plano de governo e o orçamento do Município;
- III- Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial de seus órgãos, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- IV- Exercer o acompanhamento das operações de crédito;
- V- Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
- VI- Realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, com a emissão de relatórios e certificados de auditoria;
- VII- Coordenar e manter o efetivo controle dos estoques de seus almoxarifados;
- VIII- Exercer controle interno periódico junto ao responsável pelo almoxarifado, no que concerne ao recebimento de bens e serviços contratados;
- IX- Responsabilizar-se pelos bens vinculados a sua respectiva Secretaria;
- X- Obedecer aos princípios administrativos concernentes aos procedimentos contábeis.

Art.5º- Ao chefe do Poder Executivo Municipal, fica a responsabilidade do envio de outras peças, inclusive os balancetes da receita e da despesa consolidados, na forma do disposto no art. 42 da Constituição Estadual do ceará, como também a movimentação dos créditos orçamentários e as “transferências de recursos financeiros”, às unidades administrativas tendo como objetivo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA

AVENIDA SÃO CRISTOVÃO, 215 - CEP : 62.740-000
FONE/FAX: (88) 3431.1313 / 3431.1210 - CNPJ: 07.387.509/0001-88

- I- Manter disponibilidade financeira em cada Secretaria ou entidade, capaz de possibilitar pagamentos dentro dos parâmetros estabelecidos;
- II- Utilizar eventual disponibilidade para garantir liquidez de obrigações com a atividade do Município.

Art.6º- Fica sob a responsabilidade do Setor Financeiro a fixação das cotas de desembolso mensal, com base na programação de gastos e disponibilidade financeiras, a serem liberadas a crédito das respectivas Secretarias e ou/ Entidades.

Art.7º- Competirá ainda, ao setor financeiro:

- I- Elaborar estudos e propor ao chefe do Poder Executivo sobre a política de gastos públicos, bem como a programação de aplicações de recursos para custeio e para investimento;
- II- Analisar e emitir parecer sobre os pedidos de operações de crédito que o Município pretenda realizar através dos órgãos da Administração Direta e Indireta;
- III- Opinar sobre pedidos de avais, fianças ou quaisquer outras garantias a serem concedidas pelo Município;
- IV- Opinar sobre abertura de créditos adicionais, quando impliquem aumento de despesas fixadas no orçamento;
- V- Manter o controle sobre os limites estabelecidos para o desembolso programado;
- VI- O controle de todos os pagamentos autorizados pelos ordenadores de despesas de que trata o art. 3º desta Lei;
- VII- Exercer o acompanhamento e o exame da existência de saldos orçamentários suficientes a cobertura de despesas realizadas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA

AVENIDA SÃO CRISTOVÃO, 215 - CEP : 62.740-000
FONE/FAX: (88) 3431.1313 / 3431.1210 - CNPJ: 07.387.509/0001-88

VIII- A centralização da extinção de obrigação, mediante a entrega de cheque nominativo ou qualquer outro documento de pagamento por via bancaria ao credor.

Art.8º-Autorizado o pagamento pelo ordenador das despesas competente, será o processo encaminhado à Tesouraria, que exigirá ao credor, no ato da obrigação financeira, recibo firmado em nome do Município, através da unidade administrativa de origem da despesa.

Art.9º- Fica centralizado na Secretaria de :

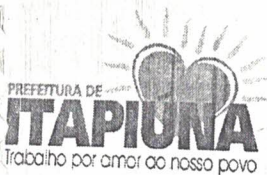
I – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, a atividade de contabilidade, Tesouraria, Controle Patrimonial, de Almoxarifado, Contratos de Pessoal, Locação de Imóveis, Veículos, assim como Portarias, Gerenciamento de Pessoal, Folha de Pagamento.

II – GABINETE DO PREFEITO, a Comissão Permanente de Licitação e a Central de Compras.

§ 1º - A centralização de que trata o caput deste artigo, não elide a responsabilidade do titular de cada Pasta, a quem compete o acompanhamento e fiscalização dos atos praticados, bem como o envio de documentos e informações necessárias ao respectivo Setor competente:

§ 2º- Cada unidade Gestora terá sua contabilidade em separado, comprometido ao respectivo Gestor os documentos contábeis necessários à Secretaria de Administração e Finanças para providenciar a devida consolidação das peças na contabilidade central.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA

AVENIDA SÃO CRISTOVÃO, 215 – CEP : 62.740-000

FONE/FAX: (88) 3431.1313 / 3431.1210 – CNPJ: 07.387.509/0001-88

Art.10º- Os convênios, contratos acordos e ajustes firmados em favor das Secretarias ou Entidades, devem se ajustar ao art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21.03.1993, e conter clausula expressa que indique a dotação orçamentária para a cobertura dos gastos previstos.

Art.11º- É autorizado ao chefe do Poder Executivo Municipal a editar Decreto, sempre que julgar necessário ao fiel cumprimento desta lei.

Art.12º- Todos os preceitos constitucionais inerentes à autonomia municipal e as decisões que prescindam da outorga do Título do Poder Executivo, serão de sua alçada e competência, ouvido o Titular da Pasta respectiva, desautorizada a decisão setorial apesar da delegação de poderes ora efetivada.

Art. 13º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Itapiúna, aos 25 de outubro de 2005.


FELISBERTO CLEMENTINO FERREIRA
Prefeito Municipal